

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1011520-03.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação de Exigir Contas - Prestação de Serviços**  
 Requerente: **LASTRODADOS DIGITAÇÃO LTDA**  
 Requerido: **SERASA SA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS****LASTRODADOS DIGITAÇÃO LTDA-ME**

**sucessora da empresa LASTROFAC FOMENTO MERCANTIL LTDA.** ajuizou  
**Ação de PRESTAÇÃO DE CONTAS c.c PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE**  
**TUTELA** em face de **SERASA S.A.**, todos devidamente qualificados.

No ano de 2000 a autora contratou a empresa requerida para prestar serviços de pesquisas e realizar inserções de devedores no denominado sistema de proteção ao crédito. Vinha pagando de R\$ 900,00 a R\$ 1000,00 reais por mês, porém nos meses de outubro e novembro do corrente ano recebeu notas fiscais de nº 00395592 e 0406014 com vencimentos para 25/10/2014 e 25/11/2014, nos valores de R\$ 2.996,52 e R\$ 2.697,71 respectivamente. Assegura que várias vezes contatou a empresa ré a fim de solucionar o caso, já que as inserções realizadas possuem horários incompatíveis com aqueles em que de fato utilizava o sistema, mas todas tentativas restaram infrutíferas. Requereu a procedência da demanda rogando a prestação de contas da empresa requerida. A inicial veio instruída por documentos às fls. 07/61.

Às fls. 77/79 antecipação de tutela deferida parcialmente.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Devidamente citada a empresa ré apresentou contestação alegando preliminarmente falta de interesse de agir por não haver necessidade na ação, já que ela própria (requerente) carrou aos autos as informações que justificaram a cobrança. No mérito, alegou que encaminhou resposta à requerente e informou, inclusive, que todas as movimentações promanaram sempre do mesmo IP. Enfatizou ainda que as cobranças são realizadas de acordo com a complexidade da pesquisa que o cliente faz. No mais rebateu a inicial e requereu a improcedência da demanda.

Sobreveio réplica às fls. 230/235.

As partes foram instadas a produção de provas à fls. 238. A empresa autora requereu produção de prova documental às fls. 241/243 e a empresa requerida não se manifestou.

À fls. 261 foi determinado à empresa autora a manifestação sobre o restabelecimento da prestação de serviços da ré; conforme resposta de fls. 264/265, os serviços não foram restabelecidos. A empresa requerida se justificou às fls. 270/281.

**É o relatório.**

DECIDO, no estado em que se encontra a LIDE, por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.

A autora pede prestação de contas mas na verdade não deixa claro no que consiste sua súplica.

A requerida apresentou nos autos relações



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

detalhadas dos serviços que prestou à autora e os respectivos valores.

Se a autora não concorda com a cobrança deve deduzir pedido específico e diverso do que aqui é analisado.

Outrossim, não há prova nos autos de que os comandos que justificaram as negativas e pesquisas partiram de computadores não administrados pela autora.

Mesmo com o expediente encerrado é possível que algum funcionário tinha acessado o sistema SERASA.

A ré não tem bens da autora sob sua guarda como salientado na doutrina trazida pela autora para justificar seu reclamo (fls. 04).

Ressalto que a ação de prestação de contas não é a via adequada para revisão de contratos ou do valor de débitos.

Outrossim, não há razão para se averiguar sobre a “forma” como se deu a contratação, pois isso é óbvio e aflora das cópias juntadas pela ré.

Por derradeiro não há como a ré reabilitar o acesso da autora em vista da suspensão que a ela foi imposta no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (v. fls. 281).

Mais creio é desnecessário acrescentar.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

consta, **JULGO IMPROCEDENTE A SÚPLICA CONTIDA NA PORTAL.**

Sucumbente, arcará a autora com o pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono da requerida, que fixo, por equidade, em R\$ 1.000,00.

Transitada em julgada a decisão, deverá o vencedor iniciar o cumprimento de sentença apresentando o requerimento necessário, nos termos dos artigos 523 e 524 do NCPC.

P.R.I.

São Carlos, 22 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**